



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 55
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

Processo n.º 275/2000 (a)

Órgão de origem: Ministério Público junto ao TCDF

Assunto: Representação

Ementa: Representação versando sobre as disposições contidas nos incisos XIII (vedação a vinculações e equiparações salariais) e XIV (vedação a acumulação de acréscimos pecuniários) do art. 37 da Constituição Federal c/ a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19/98. Reflexos na remuneração dos integrantes da Carreira de Assistência Pública em Serviços Sociais do Quadro de Pessoal da extinta Fundação do Serviço Social do DF. Consultoria Jurídica da Presidência pela conformação dos vencimentos e proventos aos limites estabelecidos na Carta Política com efeito *ex nunc*. 4ª ICE pelo conhecimento dos resultado do estudo levado a efeito nestes autos. Ministério Público, com as contribuições que oferece, aquiesce à sugestão do corpo técnico. Pelo conhecimento da instrução e parecer do *parquet*.

Estes autos foram inaugurados pela Representação n.º 001/99-CF, de autoria da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, que, ao examinar, com a competência que lhe é peculiar, as disposições contidas nos incisos XIII (vedação a vinculações e equiparações salariais) e XIV (vedação a acréscimos pecuniários) do art. 37 da Constituição Federal, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n.º 19/98, formulou as seguintes indagações:

“Inúmeras leis locais do Distrito Federal admitem hipóteses que são vedadas hoje pelo texto constitucional. Isso quer dizer que as vinculações e equiparações legalmente permitidas deixam de valer a partir da EC n.º 19/98? Isso quer dizer que as leis que admitiam a contagem de vantagens umas sobre as outras que não sobre idêntico título ou fundamento passam a partir da EC n.º 19 a não mais valerem?”

Submetido o assunto ao douto exame da Consultoria Jurídica da Presidência, esta, na forma do art. 8º da Resolução n.º 10/86-TCDF, ao pugnar pelo efeito *ex nunc* das normas constitucionais que vêm de ser mencionadas, adotou o seguinte entendimento:

“Diante do exposto, esta Consultoria submete os presentes autos para análise superior, opinando que a norma do art. 37, inciso XIII, da CF, deve ser aplicada, após a determinação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 56
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

de um quantum salarial àqueles cargos que se fundem tão-somente em percentuais.

Opina, também, data venia, pela aplicação do inciso XIV do art. 37, também da Constituição Federal, em não permitir que vantagens (acréscimos pecuniários) de servidor público sejam computados nem acumulados para fins de acréscimos posteriores, por se tratar de bis in idem."

A 4ª ICE ressalta que, nos presentes autos, examina-se a remuneração dos integrantes da Carreira de Assistência Pública em Serviços Sociais do Quadro de Pessoal da extinta Fundação do Serviço Social do DF, à luz do que dispõe o art. 37, incisos XIII e XIV, da Carta Política, com a redação que lhes deu a Emenda n.º 19/98, não se verificando, no caso concreto, hipóteses de acumulação de acréscimos pecuniários, equiparação ou vinculação remuneratória.

O Ministério Público, em sua derradeira manifestação, aquiesce aos termos da manifestação do corpo técnico.

É o relatório.

V O T O

A questão posta nos autos indaga, no ambiente dos reflexos futuros preconizados pela EC nº 19/98, sobre a inteligência dos incisos XIII e XIV do art. 37 da Constituição Federal, que, em resumo, dispõem o seguinte: vedação a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias e vedação a acréscimos pecuniários.

Dois pontos fundamentais, pelo menos, sobressaem com meridiana clareza do quanto está disposto no parágrafo anterior.

Primeiro: os temas vindos à reflexão estão diretamente relacionados com o "quantum" remuneratório do servidor.

Segundo: a nova redação dos incisos constitucionais em tela foi conferida em sede de alteração constitucional derivada. Quer isto dizer que o hermenêuta, ao fazer uso das normas de interpretação, não deve se descurar dos limites impostos pelo poder constituinte originário em matéria de emenda constitucional.

Tendo presente esta primordial orientação, força é, então, convir que dois outros temas devem se juntar àqueles listados nos incisos XIII e XIV do art. 37 da CF, quais seja, irredutibilidade de vencimentos e direito adquirido, cujo objetivo é



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 57
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

servir de freio e contrapeso à vocação reformista que se instalou nos poderes constituídos.

Estabelecidos esses necessários prolegômenos, pode-se dizer que o fundamento das conclusões a serem oferecidas a este Plenário segue o entendimento dos seguintes temas: vedação à vinculação ou equiparação de vencimentos, vedação a acréscimos pecuniários, irredutibilidade de vencimentos e direito adquirido, conforme adiante se verá.

DIREITO ADQUIRIDO

A Constituição Federal estabelece em seu art. 5º, inciso XXXVI, que a “*a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada*”.

Para fim de conceituação legal, recorro ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, que estatui:

“ Art. 6º. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º. Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º. Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º. Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão de que já não caiba recurso.”

O preceito que vem de ser transcrito trata da obrigatoriedade da lei no tempo, da limitação da eficácia da nova norma e de três situações que, ao erguer obstáculo à sua imediata efetividade, se constituem em garantias individuais para aqueles que estão em condição de usufruir de seus efeitos, quais sejam: o *ato jurídico perfeito*, o *direito adquirido* e a *coisa julgada*.

É de interesse aqui apenas o *direito adquirido* para não fugir dos limites da discussão posta nos autos.

Eis sobre o tema a lição de Maria Helena Diniz:

“direito adquirido é o que já se incorporou definitivamente ao patrimônio e á personalidade de seu titular, de modo que nem lei nem fato posterior possa alterar tal situação jurídica, pois há direito concreto, ou seja, direito subjetivo e não direito potencial ou abstrato”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 58
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

R. Limongi França o considera “o limite da atuação da regra do efeito imediato da lei nova”.

Muito bem. Em sendo o direito adquirido uma garantia constitucional e constituindo-se em limite a atuação da lei nova, pode-se afirmar que está imune aos efeitos de eventual Emenda Constitucional que venha suprimir, isonomicamente, os seus efeitos, a teor do que estabelece o art. 60, § 4º, IV, da Lei Maior.

Se assim é, cabível o magistério de Martins Cardozo que assevera:

“ O que não pode ser modificado é o direito individual que todos possuem de não ter por lei nova, isto é, por norma jurídica introduzida pelo legislador infraconstitucional, a realização de ofensas a seus direitos adquiridos, ou a outros direitos subjetivos gerados por atos jurídicos perfeitos ou por uma decisão judicial imodificável. A norma do art. 5º, XXXVI, não está voltada ao legislador constitucional. Este poderá continuar por via de novos dispositivos a estabelecer exceções à regra geral .

Dessa forma, jamais poderá o legislador fazer aprovar emenda constitucional que estabeleça a possibilidade de uma norma legislativa hierarquicamente subordinada à Constituição vir a prejudicar direitos adquiridos, atos jurídicos perfeitos e a coisa julgada, em uma dada matéria ou campo do direito atingido pelo princípio do art. 5º, XXXVI, da nossa Magna Carta. O que veda a nossa Lei Maior é que futuras emendas constitucionais venham a estabelecer a possibilidade de que tenha a nossa legislação infraconstitucional poderes para prejudicar direitos adquiridos, atos jurídicos perfeitos e a coisa julgada. Não proíbe, ao revés, nenhuma perspectiva, que o próprio legislador constitucional, por via de emendas, tenha tais prerrogativas.”

O Supremo Tribunal Federal, ao que parece, comunga do mesmo entendimento a teor do despacho proferido pelo seu atual Presidente, Ministro Carlos Mário Velloso, nos autos da Suspensão de Segurança n.º 1.797-7, requerida pelo Estado de Goiás, do qual extraí os seguintes excertos:

“Inicialmente, diz o requerente que a Assembléia Legislativa iniciou processo de revisão de proventos e que constatou nas apostilas de alguns servidores, entre eles o impetrante, cálculo de gratificações sem suporte legal. Notificado para apresentar defesa, o servidor inativo impetrou mandado de segurança preventivo “objetivando, sob o fundamento da existência de direito adquirido, impedir a obediência às normas constitucionais, especificamente dos dispositivos que versam do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 59
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

cálculo das remunerações e proventos de servidores públicos sem a incidência do denominado 'efeito cascata' (fls. 4/5).

Ademais, sustenta o requerente, em síntese, o seguinte:

(...)

e) inexistência de direito adquirido à manutenção da forma de cálculo de proventos segundo a forma em que calculados antes da promulgação da E.C. 19/98, mormente porque a “nova redação que se deu ao inciso XIV da C.F. veio a lume com firme propósito de evitar o chamado ‘efeito cascata’, uma verdadeira mutação na remuneração. Ademais, “nesse sentido são as recentes decisões desse Excelso Supremo Tribunal Federal, verbi gratia as acima citadas (SS n.º 1.710, n.º 1.711 e n.º 1.712, todas do Estado do Ceará), que, a idêntico desse pedido, cuidam da aplicação da E.C. 19/98, no que respeita à possibilidade de redução de vencimentos, proventos e pensões” para atender ao comando constitucional (fl.11/12).

(...)

Decido.

Em caso igual, SS. 1.710-CE, proferi a seguinte decisão:

“ (...)

Além do mais, o exame superficial do mérito da ação mandamental revela que os chefes dos três Poderes do Estado requerente estão a dar efetividade à regra inscrita no art. 29 da Emenda Constitucional n.º 19/98, de modo a possibilitar o pagamento de todo o funcionalismo público estadual, na forma preconizada pelo texto constitucional, e de maneira a acabar com as distorções de remuneração na Administração Pública.”

Reporto-me á decisão acima transcrita e defiro o pedido de suspensão dos efeitos da liminar concedida nos autos do MS 9.820-1/101 9200000410149, impetrado por LUIZ AUGUSTO TEIXEIRA.”

Penso pois que apenas um poder constituinte originário pode vir a prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, visto que tais



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 60
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

institutos foram alçados pelo Constituinte de 88 à condição de garantias individuais, por conseguinte, de cláusula pétrea, na forma do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

Desta forma, a impositividade de disposição constitucional nova implicará, até por força dos princípios da **imperatividade**, da **máxima efetividade** e da **força normativa** constitucional, na extinção **concomitante** de instituto ou situação legalmente constituída que não estejam conformes à novel realidade.

O que significa dizer: configurando-se inconstitucional determinada situação, seguem seu destino todos os direitos adquiridos que dependam de sua existência, os atos jurídicos que as eles concernem, e os próprios efeitos das sentenças passadas em julgado.

Em assim sendo, é razoável intuir que a solução que for adotada para definir a regra da ação temporal das normas legais, deverá ser igualmente definida como regra para fins de alcance dos efeitos temporais da norma constitucional.

IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS

Cuidar-se-á a partir de agora do que estabeleceu o inciso XV do art. 37, cuja redação determinou:

“XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I;”

Tipificada está a *garantia da irredutibilidade de subsídio e de vencimentos*. Certo é, contudo, que a ressalva ao disposto aos incisos XI e XIV, de que trata a transcrição supra, deve observar, em relação aos servidores públicos que tomaram posse antes da vigência da EC nº 19/98, o princípio da irredutibilidade de vencimento, na forma autorizada pelo texto constitucional anterior à emenda mencionada, eis que se constitui em cláusula pétrea.

Em assim sendo, fixado legalmente o padrão de vencimentos ou do subsídio, estes não estarão sujeitos à redução nominal que difere da real, que está à mercê das intempéries decorrentes da conjuntura inflacionária ou da desvalorização da moeda, que corroem o poder aquisitivo das remunerações em geral.

Mas o que importa fixar é que a irredutibilidade de vencimentos e de subsídios é garantia dos ocupantes de cargos e empregos públicos, e tem por finalidade assegurar que o desempenho de suas atribuições se faça de acordo com o interesse público e não segundo o interesse particular do governante, devendo ser observado, ainda, que reformas constitucionais, como a operada pela Emenda n.º 19/98, cuja linha ideológica foi marcada pela adoção de medidas moralizadoras ditadas por pressão fiscal e imposições alienígenas, não podem desconhecer



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 61
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

valores decorrentes do sistema, vale dizer, de seus princípios fundamentais, que, no caso vertente, traduz-se na dignidade do trabalhador e na valorização do trabalho.

Não foi outro o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal ao apreciar o *Recurso Extraordinário n.º 219544/SC*, que teve por relator o ilustre Ministro Ilmar Galvão:

“Inexistência de inconstitucionalidade na LC 43/92-SC, que fixou o limite remuneratório em montante inferior ao previsto no art. 37, XI, da Constituição. Observância da garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos, se da incidência imediata da referida lei resultar decréscimo dos vencimentos que lícitamente percebia o servidor. Recurso extraordinário conhecido e provido.”

VEDAÇÃO À VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS

Doutrinadores de renome lograram firmar os conceitos a seguir delineados, que considero fundamentais para a resolução do problema.

Equiparação. É a igualação horizontal de vencimentos ou remuneração de cargos de denominação e atribuições diversas mas que, pela via comparativa, chega-se ao resultado jurídico que lhes confere os mesmos vencimentos ou remuneração; é igualação jurídico-formal de cargos ontologicamente desiguais, para o efeito de se lhes darem vencimentos idênticos, de tal sorte que, ao aumentar-se os vencimentos do cargo-paradigma, automaticamente os do outro ficarão também majorados na mesma proporção. Esta situação requer tratamento igual para situações desiguais e somente pode ser considerada válida se levada a cabo pelo próprio constituinte a teor do que prescreve o inciso XIII do art. 37 da Carta Política;

Vinculação. É relação de comparação vertical. Vincula-se um cargo inferior, isto é, de menores atribuições e menor complexidade, com outro superior, para efeito de retribuição, mantendo-se certa diferença de vencimentos entre um e outro, de sorte que, aumentando-se os vencimentos de um, o outro também fica automaticamente majorado, para guardar a mesma distância preestabelecida; à semelhança da equiparação, não produz efeitos se veiculada pelo legislador infraconstitucional;

Paridade. É a igualdade de vencimentos ou de remuneração atribuída a cargos, funções ou empregos iguais ou assemelhados, mas pertencentes a quadros de Poderes diferentes. Há, portanto, similitude de cargos e de suas respectivas atribuições diferindo, entretanto, a identificação de quadros. Não é proibida, vez que é forma de realização do princípio da isonomia consoante assim o preceitua o inciso XII do multicitado art. 37 da Constituição Federal que determina que **“os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 62
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo". Proíbe-se, portanto, a superioridade de um valor sobre o outro, não a paridade entre eles.

Isonomia. É uma garantia constitucional e um direito do servidor consoante assim o determina o **caput** do art. 5º da Lei Maior. A Emenda 19/98 ao suprimir o que estatuiu o art. 39, § 1º da Constituição de 1988, não suprimiu a obrigatoriedade de observância estrita do princípio da igualdade para servidores do mesmo Poder ou de Poderes da mesma entidade federada que ocupem e exerçam cargos de atribuições iguais. Este direito é de inarredável observância, não podendo sofrer afronta pelo reformador constituinte (art. 60, 4º, IV, da Constituição) e, por via de consequência, pelo legislador infraconstitucional. Destarte, cargos, empregos ou funções de iguais atribuições não poderão dar origem a sistemas remuneratórios desiguais sob pena de configurar inconstitucionalidade.

Com estes juízos, é possível concluir que a Emenda n.º 19/98, na busca da austeridade na realização da despesa com pessoal, pretendeu erradicar a vinculação e equiparação, mas não a isonomia e a paridade, que são garantias constitucionais

Sobre este tema, leciona Jessé Torres Pereira Júnior ao comentar o inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal:

"a) estão proibidos os reajustes automáticos de remuneração, ainda quando se altere o teto constitucional, posto que vedadas estão equiparações e vinculações, isto é, o legislador não poderá condicionar a remuneração de certos cargos às de outros, salvo se a própria Constituição assim o autorizar, como se dá com a exceção contemplada no art. 93,V, relativamente à remuneração dos magistrados, cujos subsídios são escalonados a partir da remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores;

b) poderá haver remuneração diferenciada dentro da carreira, mas não há vinculação de remuneração entre carreiras, ainda que presente elo de formação comum a todas, como entre as chamadas carreiras jurídicas, por exemplo (a Corte Constitucional vem de reafirmar o entendimento ao deferir medida liminar requerida na ADIn n.º 1.756-MA, para suspender a eficácia de artigo de lei complementar do Estado do Maranhão, que atribuía ao Procurador-Geral de Justiça "competência que este não tem, bem como por impor a essa autoridade dever de atualização de vencimentos vinculados obrigatoriamente aos níveis concedidos pelo Poder Judiciário, o que caracteriza modalidade de vinculação proibida pelo art. 37, XIII, da Constituição - Rel. Ministro Moreira Alves";

c) "Convém (...) reconhecer que a disciplina constitucional da remuneração do servidor público não deriva de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 63
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

um específico dispositivo, mas decorre da conjugação harmônica e sistemática de todos os dispositivos constitucionais pertinentes à figura do servidor e sua remuneração...o princípio da isonomia mereceu a atenção do constituinte em diversos outros dispositivos aplicáveis a todas as esferas do direito (art. 5º, caput e Inc. I), tendo sido ainda mantidas, com relação aos servidores, normas que visam preservar tal princípio, em termos de remuneração (por exemplo, art. 37, X)” (DINORÁ GROTTI);”

No mesmo tom, o Supremo Tribunal Federal, ao examinar pleitos de equiparação e vinculação, com pretensão arrimo na isonomia, declarou inconstitucionais as normas que as confundiam, como foi o caso do art. 276 da Constituição do Estado do Espírito Santo que vinculava a remuneração de Delegados de Polícia à dos membros do Ministério Público, em que a Suprema Corte, nos autos das ADIn's n.ºs 171-MG e 401-DF, decidiu no sentido de que *não há isonomia de vencimentos entre carreiras cujas atribuições não se assemelham.*

VEDAÇÃO A ACRÉSCIMOS PECUNIÁRIOS

No tocante ao que estatui o inciso XIV aqui em comento, que veda a computação e cumulabilidade *de acréscimos pecuniários para fins de concessão de acréscimos ulteriores*, mais uma vez colhe-se a lição de Jessé Torres Pereira Júnior. Diz o ilustre doutrinador:

“A inteligência do inciso XIV não se alterou. A CF/88 queria, e continua querendo com a redação da Emenda 19, impedir “o cômputo de vantagens sobre vantagens (...), o chamado repique de benefícios (...), que produziam um extraordinário efeito multiplicador sobre a remuneração (...). A Emenda (...) suprimiu a exigência de serem os acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento.... Dessa forma, foram reforçadas as restrições à concessão de parcelas ou adicionais de remuneração com incidência recíproca. Configura proibição abrangente, aplicável somente aos servidores que estejam em regime de vencimentos (não subsídios)”.

O preceito em tela tem por finalidade evitar o cômputo de vantagens sobre vantagens, a incidência de uma sobre as outras, o que resulta em acréscimos pecuniários superiores àqueles inicialmente objetivados.

Se na redação original constava a expressão *sob o mesmo título ou idêntico fundamento*, que significa, respectivamente, *base legal* e *fato que lhe sirva de suporte*, e que possibilitava engendrar fórmulas engenhosas no sentido de buscar outro título e fundamento que viessem viabilizar os acréscimos pretendidos, na atual situação esta elasticidade foi erradicada de forma que impõe-se a conformação aos ditames constitucionais, sob pena de se incorrer em inconstitucionalidade.



CONCLUSÃO

Tendo presentes estas observações, os termos da instrução e dos pareceres da Consultoria da Presidência e do Ministério Público; e

Considerando que a interpretação da norma constitucional implica, por consequência, reconhecer a própria dinâmica da Constituição como instrumento concreto de organização administrativa, social e econômica e sua condição de motor propulsor da vontade estatal;

Considerando que pelo princípio da máxima efetividade o intérprete da Constituição deve caminhar no sentido de atribuir à norma constitucional a máxima efetividade possível;

Considerando que pelo princípio da força normativa da Constituição esta deve ser interpretada de modo a conduzir à eficácia ótima, compreendendo-se neste conceito, a historicidade e atualização da norma constitucional, de maneira que torne sua eficácia sempre concretizada em cada situação;

Considerando que a interpretação constitucional deve reconhecer a supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico, não só estabelecendo uma hierarquia de uma lei superior sobre outra de nível inferior, como, também, exercendo-se uma vigilância da constitucionalidade das leis, o que significa asseverar, que a interpretação da lei deve ser feita de acordo com a normas superiores, jamais o contrário;

Considerando que pelo princípio da unidade da Constituição o intérprete deve contemplá-la em sua totalidade, procurando harmonizar situações aparentemente conflitantes entre as suas diversas normas;

Considerando que os princípios da irredutibilidade de vencimentos e do direito adquirido, constituem-se em garantias fundamentais e que, por isto mesmo, têm o condão de direcionar e orientar a aplicação das normas constitucionais, emendas constitucionais e infraconstitucionais;

Considerando entendimento majoritário, de natureza jurisprudencial e doutrinária, fixado no sentido de que eventual direito adquirido deve conformar-se ao que estabelece a Constituição Federal;

Considerando o disposto no art. 37, incisos XIII, XIV e XV c/c o art. 39, § 1º, todos da Constituição Federal, com a redação que lhes deu a Emenda Constitucional nº 19/98;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 65
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

VOTO por que este Egrégio Plenário:

a) tome conhecimento dos pareceres originários da 4ª ICE e do Ministério Público que atua junto a esta Corte;

b) no respeitante à aplicação e efeitos dos dispositivos XIII e XIV do art. 37 da CF, com a redação dada pela EC nº 19/98, observada a decisão que vier a ser proferida na ADIn nº 2.135-4, na qual se questionou a emenda constitucional retro referida, oriente a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa no sentido de que, ao conformar os vencimentos da Carreira de Assistência Pública em Serviços Sociais do Distrito Federal ao que determinam os dispositivos constitucionais antes referidos, observe os seguintes parâmetros.

b.1) os institutos da vinculação e da equiparação não mais encontram amparo constitucional porquanto, após a EC nº 19/98, vedados estão;

b.2) doravante, para os servidores públicos que tomaram posse após a vigência da EC nº 19/98, este Tribunal negará validade aos atos que computarem ou acumularem acréscimos pecuniários posteriores e também àqueles que de forma explícita ou implícita, desatenderem a orientação do item "b.1";

b.3) quanto aos servidores públicos que já se encontravam vinculados à Administração Pública por ocasião da entrada em vigor da EC nº 19/98, a observância do disposto nos itens "b.1" e "b.2" deve subordinar-se às garantias individuais do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimento, por se tratarem de cláusulas pétreas da Constituição Federal.

c) determine a inserção de elogio na ficha funcional do servidor Regis Gonçalves Leite, em razão da qualidade do trabalho desenvolvido nos presentes autos

Brasília, de dezembro de 2000.

Cons. Maurílio Silva



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Maurílio Silva

Fls.: 66
Proc. 0275/00 a
Rubr.: William

!/!